



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVII — Nº 177 — SÃO PAULO — ABRIL E MAIO DE 1973 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5º ANDAR - S / 50 — CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

EM AVEIRO

OBJETIVOS FORAM ATINGIDOS

—declarou José Tengarrinha

Publicamos abaixo alguns dos trechos mais importantes do discurso pronunciado na sessão inaugural do III Congresso por José Tengarrinha. Antes mesmo de iniciar os seus trabalhos visando a um aprofundamento da análise crítica da realidade portuguesa, o Congresso já tinha em grande parte atingido os seus principais objetivos: José Tengarrinha soube captar com lucidez a significação dessa vitória política.

A grande envergadura e alcance político deste Congresso — disse — é, neste momento, uma realidade indelével. Assim podemos afirmar desde já, no acto da abertura. Falam por nós os milhares de democratas que nos seus distritos participaram

nos trabalhos preparatórios (e se é certo que são todos eles os verdadeiros promotores desta grande manifestação, é devida uma especial homenagem à Comissão Executiva e, em particular, aos esforços dos democratas de Aveiro, sem os quais não teria sido possível este Congresso); falam por nós todos os homens, mulheres, jovens, que participaram em reuniões amplas nos seus locais de trabalho e de residência para prepararem o Congresso nos aspectos da sua organização e dos problemas a debater; falam por nós a centena e meia de teses apresentadas e a profundidade com que estudam os principais problemas do País, sendo de destacar que cerca de metade são teses cole-

ctivas, resultantes de um debate largo e longo; falam por nós o elevadíssimo número de inscrições que afluíram de todos os pontos do País, de pessoas de diferentes condições sociais e dos mais variados sectores da actividade; falam por nós a muito vasta e profunda projecção e incidência do Congresso em todo o País, a sua presença marcante em praticamente todos os aspectos da vida nacional.

Podemos dizer, assim, que no fundamental foi já atingido um dos objetivos principais que o Congresso se propunha na sua fase de organização: que, para além do número e qualidade das teses e dos debates, o êxito do Congresso se deveria medir também pela amplitude da movimentação democrá-

tica que provocasse, pela maneira como conseguisse traduzir as vontades e os esforços dos democratas de todo o País e fosse a expressão legítima e eloquente da opinião pública.

E mais adiante:

“Um dos mais importantes objetivos deste Congresso é, como se sabe, o diagnóstico crítico da realidade nacional. Através das numerosas teses-quer se debrucem sobre problemas de amplitude nacional quer tenham um âmbito local ou regional — teremos a possibilidade de ganhar um conhecimento mais exacto do País, de muitas das suas questões mais ajuizadas bem como dos meios de que se dispõe para enfrentá-las e do grau de consciencia pública. Escolher esses objetivos fundamentais de acção em torno dos quais se unam os esforços dos democratas, constituirá tarefa fundamental deste Congresso em ordem a projectar para o futuro a acção democrática. Deste modo, poderemos ultrapassar o perigo que representa definir a conduta apenas em função das circunstâncias, numa tentativa permanente de adaptação aos acontecimentos do dia a dia à versatilidade dos menores factos políticos. A definição ponderada dos objetivos permite-nos um planeamento que dá garantias de acção consequente e em profundidade, uma escolha dos instrumentos e dos meios mais adequados, uma mobilização e concentração dos esforços numa perspectiva correcta e coerente de acção que integre os objetivos próximos e parciais nos objetivos fundamentais”.

VANDALISMO POLICIAL

O Congresso não terminou sem que a PSP e a PIDE dessem um ar da sua graça, reprimindo com a maior brutalidade uma romagem ao tumulto de

Mário Sacramento, secretario geral do I Congresso e organizador do II.

O Governador Civil, como sempre, teve um comportamento ambíguo, apresentando-se ora como funcionário compreensivo e liberalizante (o típico “fascista de esquerda”) ora como zeloso cão de guarda de Caetano. Aceitou inicialmente que se prestasse uma homenagem discreta a memória de Sacramento de quem se declarou “amigo”. Mas, simultaneamente, proibiu qualquer ato publico com participação de massa. O Congresso rejeitou a oferta insistindo pelo desfile de todos os delegados perante o tumulto de Sacramento.

Vale Guimarães montou, então, o dispositivo de terror policial. Quando o desfile principiou, brigadas especiais da policia, com cães amealhados, lançaram-se contra os congressistas, agredindo-os com selvajeria. Raul Rego, director da “Republica” foi ferido assim como a atriz Maria Barroso, esposa de Mario Soares, dirigente da “Acção Socialista” exilado em Paris.

Apesar da violencia policial, a malograda romagem foi uma victoria das forças democraticas. A hora marcada mais de um milhar de pessoas concentrou-se em frente ao hotel Arvada e, de acordo com o plano previsto, os manifestantes começaram a desfilar numa larga frente, de braços dados, cantando o hino nacional. Quando o massacre principiou, ouviram-se gritos contra a guerra colonial e um grupo de manifestantes desenrolou uma faixa: “A juventude diz não às guerras coloniais”.

As autoridades fascistas tentaram inverter as responsabilidades. O governador demagogo chegou ao cúmulo, em longa arenga, de lamentar (sic) que a “Oposição tenha deliberadamente sido causa de incidentes e de desrespeito à autoridade, numa terra que tem o civismo como o mais caro dos seus pergaminhos”. De outro lado, Dutra Faria, o energumeno fascista que dirige a Agencia ANI, procurou justificar o vandalismo da Policia num artigo abjecto do qual transcrevemos este trecho antológico: “

A Policia dispunha, é verdade, de outros meios menos violentos do que a cacetada e o cão para dispersar os manifestantes; mas esses meios (por exemplo carros depósitos de agua com mangueiras) encontravam-se por desgraça, longe do local onde manifestantes e agentes se defrontaram. Além disso, oficiais e agentes das brigadas de choque da PSP são todos eles, antigos combatentes da guerra do Ultramar e estavam exasperados com as continuas referencias, nos debates do Congresso, à “Guerra colonial” e ao “exercito assassino”.

A escória humana da PSP, já se sabia, não gosta de ouvir chamar as coisas pelo seu nome. Mas os democratas que saíram às ruas, em Aveiro, manifestaram a sua repulsa pela guerra colonial e pelos assassinos que a exaltam. Tudo isso, sem responder às provocações do fascismo.



“Fala por nós a centena e meia de teses apresentadas”

O DESAFIO DO III CONGRESSO

Antes mesmo de iniciar os seus trabalhos, o III Congresso da Oposição Democrática já tinha atingido os seus principais objetivos. Essa a primeira grande vitória política alcançada. A ampla mobilização, a soma de esforços, o diálogo de âmbito nacional entre democratas das mais variadas tendências, a unidade actuante em vista de uma meta comum contribuíram decisivamente para o êxito das jornadas de Abril, em Aveiro. A preparação explica e justifica o resultado. Recusando o jogo do adversário, mas compreendendo que era necessário desafiar o fascismo dentro da sua “legalidade”, simulando aceitar as regras ditadas por Caetano & Cia, a Oposição Democrática inflingiu uma grave derrota política ao sistema.

A amplitude da movimentação democrática surpreendeu e confundiu o governo. O repúdio ao regime ficou claro no entusiasmo dos trabalhos preparatórios, na centena e meia de teses submetidas ao Congresso, na profundidade crítica do diagnóstico da realidade nacional, na nitidez dos planos traçados tendo em vista o futuro imediato.

Como era de esperar, o País não tomou conhecimento pormenorizado do que se passou na terra de José Estevão, em abril. A Censura não permitiu que os jornais publicassem os nomes de muitas teses; vetou ou mutilou discursos pronunciados, mensagens recebidas, resoluções aprovadas pelo plenário. Não autorizou, concretamente, que a imprensa aludisse à guerra colonial, que comentasse as teses colectivas apresentadas por operários e camponeses, que levasse às cidades e aldeias do País a voz dos presos políticos de Caxias. Mas é também verdade que os factos passaram por cima das proibições. As mensagens foram lidas, a guerra colonial discutida, a repressão condenada. A própria histeria da Rádio e da Televisão, investindo diariamente contra o Congresso, valeu por uma confirmação do êxito do conclave.

Outra proibição desafiada: o tabu que exprimia o ódio fascista ao Prof. Ruy Luis Gomes. Caetano não permitiu que o destacado dirigente democrático entrasse em Portugal a fim de presidir ao Congresso. Mas, ausente, Ruy Luis Gomes esteve omnipresente. A cadeira da Presidencia, na sessão inaugural, permaneceu vazia e, quando foi lido um telegrama de Ruy Luis Gomes declarando aberto o Congresso, o plenário, de pé ovacionou o grande perseguido, ovação que se repetiria mais tarde, quando da leitura de mensagem de democratas do Brasil — encabeçada pelo ex-candidato à Presidencia da Republica — exigindo a independencia para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

As manobras e provocações fascistas falharam uma após outra. Até a mesquinha proibição da romagem popular ao tumulto de Mario Sacramento. Caetano, o governador civil, os esbirros da PIDE e da PSP tiveram força bastante para dispersar o desfile civico de milhares de democratas pelas ruas de Aveiro. Mas não conseguiram o que pretendiam; empanar a grandeza e a dignidade do Congresso. A proibição foi simbolicamente desafiada, numa prova de que o direito da força não merece o respeito do povo de Portugal. Mas o Congresso prosseguiu, sem se desviar dos seus fins. O plenário do dia 8 e a sessão de encerramento foram actos publicos de extraordinária significação unitaria. A síntese das conclusões, como salientou o Prof. Lindley Cintra, fixou com clareza “os objetivos imediatos, possíveis de atingir através da acção unida das forças democraticas”. E é pela colimação desses objetivos que todos os anti-fascistas portugueses, dentro e fora do país, vamos agora lutar.

A jornada do 1.º de Maio demonstrou, poucas semanas após o Congresso, que a batalha está em curso e é a continuação natural do desafio de Aveiro.

PORTUGAL DEMOCRATICO

RUY L. GOMES OVACIONADO

Marcelo Caetano, como era de esperar, não permitiu que Ruy Luis Gomes se deslocasse a Portugal a fim de presidir ao Congresso de Aveiro, correspondendo ao convite dos organizadores. Mas a cadeira da Presidência, na sessão inaugural, ficou vaga, num protesto mudo contra a proibição fascista. Entretanto, os democratas presentes no Cine Teatro Avenida puderam ouvir a voz do Prof. Ruy Luis Gomes, gravada em fita magnética. O dr. Seíça Neves leu, depois, o seguinte telegrama: "Profundamente sensibilizado convite presidir Congresso saúdo companheiros consciente importancia deste Congresso para objetivos centrais nossa luta liberdades democráticas Povo Português, declaro aberta sessão" — Ruy Luis Gomes.

A ovação que saudou a leitura desse telegrama foi talvez a maior do Congresso, com todos os presentes aplaudindo, de pé.

Outras Mensagens —

A escritora Maria Lamas enviou a seguinte mensagem: "Impedida, por motivo de doença, de estar presente no Congresso como tanto desejava, exprimo as minhas mais calorosas saudações aos democratas reunidos em Aveiro, acompanhando em espírito as sessões de trabalho, associando-me a todas as manifestações dessa grandiosa e histórica reunião, e afirmando também a minha confiança no definitivo triunfo da democracia em Portugal".

O escritor Ferreira de Castro enviou a seguinte mensagem:

"Como cidadão e escritor nascido em terras aveirenses que tanto amam a liberdade saúdo no Congresso Oposição Democrática tidas aspirações

Ecos de Aveiro

No ultimo dia do Congresso, o plenário manifestou-se ruidosamente contra a presença dos reporteres da Televisão. Motivo: a TV, cujos dirigentes são todos fascistas deturpa sempre o noticiário político, de acordo com os interesses de Caetano e sua pandilha.

Cerca de 30 jornalistas estrangeiros cobriram para jornais e revistas europeus e americanos os trabalhos do III Congresso da Oposição Democrática. Um deles, o italiano Valerio Ochetto, foi agredido pelos esbirros da PSP.

Mais realistas do que o rei, muitos jornais de tendencia fascista ou abertamente fascistas — embora se declarem independentes — foram mais longe do que a censura, reduzindo ao minimo o noticiário sobre o Congresso ou deturpando ostensivamente discursos e factos. Destacaram-se pela sua má fé o "Diário de Notícias" e o "Diário Popular". Em contrapartida, pequenos jornais realizaram uma cobertura digna, como por exemplo o "Notícias da Amadora".

por uma sociedade nova onde todos direitos à vida sejam iguais para todos os homens ao contrário do que caracteriza esta multissecular noite de privilegiados em que alguns possuem tudo em excesso enquanto a grande maioria dos outros tem de se entregar para sobreviver a todo o género de restrições e de servidões. Certo de que virá essa nova sociedade de Justiça e fraternidade geral, anseio de toda a minha vida, abraço-vos confraternamente".

O Congresso recebeu também uma mensagem enviada por 1200 operários portugueses que se acham em França. O documento, lido em plenário, era do seguinte teor:

"Nós, um grupo de operários e empregados portugueses das fábricas Renault, em Billancourt (França), animados de um profundo sentimento de apoio, saudamos calorosamente o III Congresso da Oposição Democrática a realizar na cidade de Aveiro. Saudamos igualmente nas pessoas dos delegados presentes o conjunto das

forças democráticas, saudamos no III Congresso da Oposição Democrática todas as mulheres e homens que no passado e no presente se bateram ou se batem por um Portugal democrático e independente.

Desejamos que o III Congresso da Oposição Democrática corresponda aos supremos interesses do povo português que um espírito unitário reúne nos seus trabalhos.

Entre as dezenas de mensagens recebidas de todo o mundo figurou uma enviada do Brasil, e subscrita pelos Profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado e pelos nossos companheiros de redação Vitor Ramos e Miguel Urbano Rodrigues, todos convidados pelos organizadores do Congresso a apresentarem teses.

O documento denuncia a política colonialista de Caetano na África e exige o direito à independência imediata das actuais colónias.

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela também enviou uma mensagem ao Congresso.

Resumo das conclusões

Da reportagem que o jornalista Afonso Praça publicou no semanário "Vida Mundial", de Lisboa transcrevemos, a seguir, a parte em que resume e comenta conclusões submetidas ao plenário final:

As conclusões ressaltam naturalmente das sessões de trabalho e a ratificação no final constituiu apenas um acto simbólico, com ele se pretendendo acentuar o cunho democrático que presidiu aos trabalhos. De qualquer modo, o plenário final fica como um dos pontos altos do Congresso, não só pelo número de pessoas presentes (mais de 2 mil dentro da sala e cerca de 1000 nos corredores laterais) como também pelo entusiasmo que o dominou.

As conclusões da Secção "Desenvolvimento, Económico e Social" salientaram-se naturalmente. Ali se assinala o que têm sido as opções sobre o desenvolvimento económico desde 1926. A análise da situação do sector primário leva ainda à conclusão de que "a actual estrutura das explorações agrícolas constitui obstáculo ao progresso técnico e económico da sua grande maioria, representadas pelos estratos sociais mais desfavorecidos. Na verdade — acrescenta-se — os resultados económicos são tão baixos que impedem o intercâmbio com os demais sectores da economia, vendo-se desse modo limitados na utilização de produtos e meios de maior produtividade".

Outro problema importante contemplado ainda no âmbito da Secção "Desenvolvimento Económico e Social" refere-se à abertura à Europa: "O desenvolvimento proteccionista por substituição de importações de fronteira obstáculos cada vez mais fortes na saturação de um mercado interno exigiu e com crescimento lento, e nas dificuldades tecnológicas de dimensão e de interesses importadores que se levantam à introdução de mais indústrias novas. De modo que a manutenção de um ritmo elevado de investimentos no sector motor (o das indústrias transformadoras) estava

dependente da abertura rápida de mercados mais vastos, a par da superação dos entraves a indústrias para o mercado interno".

As conclusões da Secção "Estruturas e Transformações das Relações de Trabalho" começam por analisar o tema "O capitalismo português e as relações de trabalho em Portugal", subdividindo-o nas seguintes alíneas: evolução da estrutura empresarial portuguesa e acção do Governo; inovação, produtividade e nível de salários; problema da guerra; emigração desempregados; trabalho de mulheres; trabalho dos jovens; transformações das técnicas e seu reflexo na relação de trabalho; desigualdade entre trabalhadores manuais e intelectuais; sobre trabalhadores africanos a trabalhar em Portugal; situação dos trabalhadores agrícolas; trabalhadores da pesca.

Por sua vez, a introdução às conclusões da Secção "Segurança Social e Saúde" assinala que "a evolução da medicina tem correspondido inteiramente à evolução social, económica e política do regime.

PLANEAR E UMA RAZÃO POLITICA

As secções de trabalho da Secção "Urbanismo e Habitação", que apresentou as suas conclusões ao plenário final sob a forma de recomendações foram dominadas por jovens estudantes de Arquitectura do Porto e de Lisboa. Não se pode dizer que a sua intervenção tenha sido contestatária: ela primou sobretudo pela oportunidade, pelo vigor, pela informação. O presidente da mesa, eng. Keil do Amaral, não deixou de salientar o contributo que os participantes deram na elaboração das conclusões que ficaram subdivididas nas seguintes alíneas: Urbanismo e Ideologia; Relação do Urbanismo com o Planeamento Territorial; Estruturas do Ensino Urbanístico; As Linhas de Rumo da Política Urbana Praticada; Política de Solos; As Grandes Concen-



No aeroporto de Lisboa, em Dezembro, Ruy Luis Gomes — antes de ser forçado a embarcar para França pelo governo fascista — conversa com Sottomayor Cardia e Raul Rego.

trações Urbanas e a Dinâmica Actual; O Direito à Habitação; Situação do Património Habitacional; Política da Renda de Casa; Construção CIVIL; Conclusões Reivindicativas; Conclusões Políticas.

De acordo com as recomendações da secção "planear não é uma razão técnica mas uma razão política. Planejar é projectar no tempo os meios de acção sobre um território, com vista à obtenção possível de determinados propósitos políticos".

Também as secções da Secção "Educação, Cultura e Juventude" concluíram com a participação de elevado número de jovens, com predomínio de estudantes universitários. As conclusões abarcam inúmeros temas, entre os quais se salientam: A criança; Crítica do sistema escolar e carências; Professores; Universidade; Investigação científica; Sociedade e democratização do ensino; Situação geral da cultura em Portugal; Regime de Censura (Exame Prévio) e Lei de Imprensa; Crise do Teatro e do Cinema; Estruturas desportivas e sua função mistificadora; A juventude e o ensino; A juventude e o trabalho; a Juventude e os tempos livres; Organizações juvenis nacionais e a sua ligação com organizações internacionais congéneres;

Na Secção "Educação, Cultura e Juventude" foram ainda aprovadas as seguintes moções: "1 — Que o III Congresso da Oposição Democrática denuncie e repudie vivamente a efectivação do Festival Internacional de Coros Universitários, na V Secção do III C. O. D. entendem que o Governo Português deve participar na Conferência de Cooperação e Segurança Europeias, pela linha democrática que esta Conferência tem vindo a seguir a favor da Paz e da Cooperação mundial e exige que ele aceite e ponha em prática as conclusões dessa Conferência."

Na Secção "Desenvolvimento Regional e Administração Local" foram apresentadas dezesseis teses, das quais seis são colectivas: "Alcútem, Alpiarça. Préstimo — Exemplos de subdesenvolvimento local; formas de administração própria"; "A região de Pernes: notas para a análise de uma situação concreta"; "Análise colectiva do grupo de trabalhadores rurais" (Sintra, Mafra e Torres Vedras); "A administração local"; "O regime antidemocrático é responsável pela má situação socioeconómica do Distrito de Évora".

No âmbito da secção, foram debatidos problemas importantes, nomeadamente, problemas da planificação e desenvolvimento regional, agricultura crise agrícola, vinho do Douro, emigração no Nordeste Transmontano, vida rural, juntas de freguesia.

Exemplo de uma tese significativa — "A crise agrícola ou a contraprova de uma política" — cujo autor, Jaime Gralheiro, de S. Pedro do Sul, foi um dos grandes entusiastas do Congresso: "Segundo a O. C. D. E., Portugal é o País da Europa que, proporcionalmente, mais terreno dedica à agricultura e, ao mesmo tem-

po, aquele que menos produtividade extrai da terra...

PERSPECTIVAS POLITICAS

Da Secção "Organização do Estado e Direito do Homem" — uma secção que abordou um temário do maior interesse: Chefe do Estado — Suas funções e modo de designação; Ditação do Executivo — Poder legislativo e Organização Judiciária; Funções da Assembleia Nacional: seu modo de formação e lei eleitoral; Centralização administrativa e liberdades municipais; Orgânica corporativa; Direito à liberdade de expressão do pensamento, direito à liberdade de reunião, direito à liberdade de associação, direito à liberdade religiosa; Direitos individuais e a legislação penal e processual penal; Direitos individuais e repressão por via administrativa; Direito à reserva da vida privada; Direito à inviolabilidade do domicílio; Direito ao sigilo da comunicação (postal, telefónica, telegráfica e pessoal); Direito de resistência a ordens ilegais e arbitrárias; Direito à igualdade perante a Lei; Direito de voto; Direito à gestão da economia.

Parece desnecessário realçar a participação de congressistas que esta secção motivou. Assinala-se, porém, que foi a Secção "Situação e Perspectivas Políticas" a que maior movimentação provocou, o que "a priori" se explica pelos temas abordados: a crise do fascismo e a aproximação da vitória das forças democráticas; Breve análise da situação de Portugal no mundo em 1973 comparada com a posição que tinha em 1926, ainda no Governo da República; Portugal

Por outro lado, foi também esta secção a que proporcionou intervenções mais acaloradas.

Em termos de quantidade, foi também a Secção "Situação e Perspectivas Políticas no Plano Nacional e Internacional" a que mais se salientou: 38 teses, das quais 6 colectivas. Destas, 3 foram enviadas pelo Movimento Democrático do Distrito de Setúbal ("Situação e perspectivas políticas no plano nacional e internacional", "Perspectivas e meios de acção da Oposição Democrática" e "uma retrospectiva eleitoral" (C. D. E. de Setúbal)); uma, ("Pela democracia popular") outra ("Legitimidade de um movimento democrático de mulheres em Portugal") por um grupo de mulheres e de jovens do Porto; Como curiosidade assinala-se o facto de dois monárquicos terem apresentado teses nesta secção: "O problema do regime" de Henrique Barrilero Ruas, e "Perspectivas de Portugal", de Fernando Sylvan.

Que vai seguir-se a este Congresso da Oposição que, durante cinco dias esteve reunido em Aveiro e interessou os órgãos de Informação portugueses e muitos estrangeiros? Quanto aos jornalistas estrangeiros (cerca de quatro dezenas) que estiveram em Aveiro, a sua vinda a Portugal deve-se ao facto de os problemas nacionais interessarem cada vez mais na Europa, nomeadamente nos países do Mercado Comum.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

Teses e Comunicações Discutidas

Publicamos abaixo os títulos de centena e meia de teses discutidas no Congresso e os nomes dos respectivos autores. Mais de quarenta são de autoria colectiva, fato que ocorre pela primeira vez num conclave desta natureza. Os trabalhos enviados por trabalhadores da Margem Sul do Tejo e da Marinha Grande e por camponeses de Alparça e outras regiões são reveladores do interesse crescente do operariado e do campesinato portugueses pelos problemas globais da comunidade e refletem a participação crescente das massas no processo político.

Eis a lista das teses, distribuídas pelas várias secções:

1.ª Secção — DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL

— "Para uma leitura teórica das condicionantes sócio-económicas da Acção Democrática" — Armando Castro (Porto);
— "Entraves sócio-políticos ao desenvolvimento da agricultura portuguesa" — Hugo Blasco Fernandes (Lisboa);
— "Evolução e continuidade na estratégia colonial portuguesa" — Eduardo de Sousa Ferreira (Heidelberg);
— "Caminhos do desenvolvimento português" — Francisco Pereira de Moura (Lisboa);
— "Um organismo social doente e as bases de uma terapêutica necessária e possível sob a égide da Democracia" — Silvino Sottomayor (Porto);
— "A responsabilidade do regime pelo baixo desenvolvimento do país" — Tese colectiva do distrito de Santarém;
— "Investimentos estrangeiros em Portugal" em anos recentes" — Aires Henriques e Maia Cadete (Lisboa);

2.ª Secção — ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

— "A situação da classe operária no concelho de Loures" — Grupo de trabalhadores do conselho de Loures;
— "Transportes de carga de aluguer" — Grupo de 14 motoristas dos transportes de carga de aluguer do distrito de Lisboa;
— "A mulher trabalhadora" — Grupo de operárias de Guimarães;
— "Trabalho da mulher. Condições de vida, condições de trabalho e desigualdade de tratamento" — Encarnação Coelho e Marília Villa Verde Cabral (Lisboa);
— "Contratação colectiva" — Grupo de trabalhadores de Braga;
— "Do sindicalismo e do operariado em Portugal" — Grupo de trabalhadores da Marinha Grande;
— "O Corporativismo e os direitos dos trabalhadores em Portugal" — Tese colectiva do distrito de Santarém;
— "As condições dos assalariados. Sua combatividade e a Democracia" — Grupo de camponeses de Alparça;
— "A informação e os trabalhadores" — Carlos Marinho, Tina Correia e Rodrigo de Freitas;
— "Situação da mulher trabalhadora no distrito de Setúbal" — Grupo de mulheres do distrito de Setúbal;
— "As relações de trabalho em Portugal" — Joaquim Gonçalves Lúcia (Pereira — Viana de Murtela);
— "Legislação OIT — Legislação portuguesa" — José Gaspar Teixeira;
— "Despedimentos — Análise das suas causas e medidas a adoptar pelos Sindicatos" — Francisco Marcelo Curto (Lisboa);
— "O processo de contratação colectiva de trabalho" — Francisco Marcelo Curto (Lisboa);
— "A igualdade das oportunidades para a criança exige a igualdade social dos adultos" — Joaquim António Santos Simões;
— "Corporativismo e luta dos trabalhadores" — Grupo de trabalho

integrado no Movimento Democrático do Distrito de Setúbal;

— "Situação e perspectivas dos trabalhadores do Distrito de Setúbal" — Movimento Democrático do Distrito de Setúbal;
— "Liberdade sindical" — Comissão de trabalhadores democráticos do Porto;
— "Bases para um futuro caderno reivindicativo dos trabalhadores portugueses" — Comissão de trabalhadores democráticos do Porto;
— "Despedimentos" — Grupo de trabalhadores químicos de Lisboa;
— "Aspectos da demagogia corporativa" — Grupo de trabalho da Comissão Distrital de Braga;

3.ª Secção — SEGURANÇA SOCIAL E SAUDE

— "A saída da população rural" — Amílcar de Pinho;
— "Breves considerações sobre a assistência médica em Portugal" — Joaquim Alfaiá (Viseu);
— "Panorama da situação sanitária em Portugal e no distrito de Santarém" — Tese colectiva do distrito de Santarém;
— "Previdência" — Grupo de profissionais de seguros (Lisboa);
— "O seguro social — Caixas de Previdência" — Manuel de Sousa Badiró (Marinha Grande);

4.ª Secção — URBANISMO E HABITAÇÃO

— "Perspectivas do distrito de Braga" — António Ribeiro Braga e Eduardo Ribeiro;
— "As condições de habitação como reflexo de uma situação política" — Tese colectiva do distrito de Santarém;
— "O problema habitacional em Portugal" — Francisco Keil do Amaral (Lisboa);
— "Problema da habitação e urbanismo numa zona operária" — Tese colectiva de trabalhadores da Baixa da Banheira, Lavradio, Barreiro e Quinta da Lomba;
— "Problemas da habitação no conselho de Loures" — Catarina Coelho Sampaio (Moscavide);

5.ª Secção — EDUCAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE

— "Sobre a promoção desportiva nacional" — António de Sousa Santos e José Esteves;
— "Desporto juvenil: reflexo do momento nacional" — Tese colectiva do Barreiro;
— "A juventude e o ensino, a repressão, a exploração e a guerra colonial.
— Os estudantes do lado do povo na luta pela liberdade e pelo fim da guerra colonial" — Tese colectiva de estudantes do Porto;
— "O jovem português perante a guerra e o trabalho" — de um grupo de jovens trabalhadores de Braga;
— "A juventude opõe-se a um sistema escolar ao serviço da burguesia" — de um grupo de estudantes de Braga;
— "A juventude e o ensino" — Colectiva de Loures e Vila Franca;
— "I.S.C.E.F. — Experiência de reforma universitária" — Francisco Pereira de Moura;
— "Elementos para uma reforma democrática do ensino" — Colectiva de Setúbal;
— "Situação dos jovens do distrito de Setúbal" — Colectiva de Setúbal;
— "A educação como factor primordial de Humanização" Colectiva do Distrito de Braga;
— "A igualdade de oportunidade para as crianças exige a igualdade social dos adultos" — Santos Simões
— "A mulher trabalhadora" — Jovens trabalhadoras de Braga;
— "A criança: direito à recreação" — Colectiva de Lisboa;

— "A criança: direito à vida e à liberdade" — Colectiva de Lisboa;
— "Para um mundo melhor" — Álvaro de Silva e Sousa;
— "Análise da situação escolar" — Colectiva de Braga;
— "A situação dos Professores: Questões de Cidadania política" — Colectiva do Porto;
— "Perspectiva regional — Educação" — Colectiva de Braga;
— "A democratização do ensino" — Colectiva, do Porto;
— "Alguns apontamentos sobre a educação escolar em Portugal" — Colectiva de Lisboa;
— "Universidades novas — Escolas para a promoção cultural das massas trabalhadoras" — Urbano Tavares Rodrigues e Lindley Cintra;
— "A investigação científica no contexto do actual regime" — Jaime Pinto;
— "Para o estudo da situação da cultura e da informação em Portugal" — José Saramago;
— "O Teatro e o regime" — Grupo de actores de Lisboa;
— "Crise do Teatro e a crise global" — Luso Soares;
— "Contribuição para uma análise da situação do escritor em Portugal e da sua quase impossibilidade de comunicação com as massas" — Urbano Tavares Rodrigues;
— "Mensagens de Rogério Paulo enviada de Cuba.

6.ª Secção — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

— "Emigração do Nordeste Transmontano"
— "Indústria local em análise"
— "Juntas de freguesia — sua democratização"
— "Desenvolvimento Regional"
— "Análise do Desenvolvimento Regional e Administração Local;
— "Crise Agrária"
— "O problema da Agricultura Nacional";
— "O regime antidemocrático é Responsável pelo atraso sócio-económico do distrito de Santarém";

7.ª Secção — DIREITOS DO HOMEM E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

— "A repressão Fascista e a Situação dos Presos Políticos" — por Um Grupo de Presos Políticos de Casias.
— "A informação em Portugal" — por João Arnaldo Maia (Porto);
— "Algumas Observações para a alteração da Orgânica do Estado e Programas de Governo" — por Manuel Matos da Fonseca (Braga);
— "As Raízes da Democracia" — por Olívio França (Porto);
— "O liberalismo político e a chefia do Estado" — por Rodrigo Montezuma (Lisboa);
— "Liberdade de Expressão, Reunião e Associação" — por Álvaro da Silva e Sousa (Porto);
— "Ombudsman: Organismo para a Prevenção e Repressão do Arbitrário" — por Vasco da Gama Fernandes (Lisboa);
— "Funções e dependência dos Governadores Cívicos" — por Francisco Pereira de Moura (Lisboa);
— "Os Cristãos Portugueses e a defesa dos direitos do Homem" — por Romeu de Sousa (Viana do Castelo);
— "Organização do Estado" — por Cunha Coelho (Braga);
— "Alguns elementos sobre a situação jurídica da Mulher" — por Laura Lopes (Lisboa);
— "Estruturas para um Estado moderno" — por Vasco da Gama Fernandes (Lisboa);
— "Da Censura Prévia ao Exame Prévio" — por Raul Régo (Lisboa);
— "Organização Judiciária" — por José Lopes Ribeiro (Viseu);
— "A Censura como arma de re-

pressão política" — por Mário Ventura (Lisboa);
— "Liberdade Religiosa" — por Roque Lino;
— "A liberdade e a pessoa humana" — Marcos Noronha (Lisboa);
— "A baixa representatividade do povo na política nacional e a actualização futura da Oposição Democrática" — por Humberto Sousa Macatrão

8.ª Secção — SITUAÇÃO E PERSPECTIVA POLITICA NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

— "Da necessidade de um plano para a Nação" — por Medeiros Pereira;
— "A crise do Fascismo e a aproximação da vitória das forças democráticas" — por Noces Pires;
— "A Conquista do Poder pela luta legal" — por José Alcambar;
— "Perspectiva política da civilização contemporânea" — por J. Ferreira Salgado;
— "A via para a conquista da liberdade, da paz, do pão da terra da independência" — por M. Ribeiro e J. Gregório;
— "O Povo português a caminho da Democracia" — por Francisco Dias da Costa;
— "Breve análise da situação de Portugal no mundo em 1973 comparada com a que tinha em 1926 ainda no Governo da República por José Alberto Rodrigues;
— "Experiência de luta democrática: suas perspectivas" — Tese colectiva dos democratas de Loures;
— "Portugal e a NATO" — por Alberto Villaverde Cabral;
— "Os problemas fundamentais do Povo Português"
— "A incapacidade do Regime para resolver os problemas do Povo Português."
— "Por uma democracia anti-capitalista" — todas de Mário Sottomayor Cardia;
— "Por uma mais eficaz actuação da Oposição Democrática" — por António Brotas e José Pinto Bandeira;
— "A actual fase do regime"
— "A manobra da falsa liberalização" — ambas de José Magalhães Godinho;
— "O problema Colonial" — por José Peixoto da Silva;
— "Portugal e o Mercado Comum" — por Alberto Lindim Ramos;
— "Legitimidade de um movimento democrático de mulheres em Portugal" — Tese colectiva de um grupo de mulheres e jovens democratas do Porto;
— "Sociedade Multi-Racial e Mundo Português" — por Joaquim Velez Carozo;
— "O presente e o futuro político da Nação" — por Francisco A. Pereira de Carvalho;
— "Situação e perspectivas políticas" — pelo Movimento Democrático do Distrito de Setúbal;
— "Perspectivas e meios de acção da Oposição Democrática"
— "Uma perspectiva eleitoral (CDE de Setúbal)" — ambas pelo Movimento Democrático do Distrito de Setúbal;
— "O problema do Regime" — por Henrique Barrilaro Ruas;
— "Questão Colonial: Impasse Colonial" — por Henrique Barrilaro Ruas — "Breve comunicação sobre a estratégia política da Oposição Democrática nas próximas eleições legislativas" — por António Duarte Arnaut;
— "Arma de Crítica" — por Manuel Sertório;
— "Pela Democracia Popular" — Jornal "O salto";
— "Do Capitalismo atrasado ao desenvolvimento subalterno" — por António Barreto;
— "A Segurança Europeia... na Europa... e em... Portugal" — por Gaspar Teixeira;

— "Europa nova: Portugal novo por Papiniano Carlos;
— "Evolução e Continuidade na estratégia colonial Portuguesa" — por Eduardo Sousa Ferreira;
— "Oposição Democrática; Unidade na acção e objetivos comuns" — por José Tengarrinha;
— "Significado do III Congresso da Oposição Democrática" — por António Areosa Feló.

Faleceu Guilherme de Carvalho

No hospital onde se encontrava internado faleceu no dia 23 de março um grande patriota português: GUILHERME DA COSTA CARVALHO. Quando a PIDE-DGS libertou o destacadado democrata lembramos que seu gesto não iludia ninguém: os longos anos de prisão haviam destruído a saúde de GUILHERME DE CARVALHO, e a PIDE só o libertou por medo. O heróico combatente estava gravemente doente e a polícia política não quis arcar com a responsabilidade ostensiva pela sua morte.

"Portugal Democrático" coerente com a posição assumida e em defesa da verdade responsabiliza a PIDE pela morte de GUILHERME DE CARVALHO. O povo português também não se deixou mistificar. O funeral do corajoso líder operário constituiu uma impressionante demonstração de pesar, exprimindo bem o respeito e a admiração pela figura de GUILHERME DE CARVALHO. A saudação que a Eng. Virginia de Moura pronunciou no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, traduziu bem os sentimentos que o grande patriota soube inspirar ao longo de uma vida exemplar de combatente da democracia.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 106
LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Pentiman Road, London, S. W. 8
BELGICA: Antonio Casanova 85, rue Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique
HOLANDA: TULIPA VERME-LHA — Post-bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association P. O. Box 72, WESTON-ONTARIO
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovní Urad/Jindřiská UL, C. 14 Schránka 646 - Paha 1
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2, Place François Villon - Escalier E - La Courvenneuve - Seine - França
REDAÇÃO:
Rua Libero Badaró n.º 488 — 5.º andar - S/ 50 - Fone: 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil
EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas Assinatura para o exterior US\$ 8,00
Composto e impresso: Sociedade Imprensa Pannartz Ltda.
Rua Almeida Torres N.º 119 — Prédio IV - Acimação - S. Paulo
ANO XVII — N.º 177
Abril e Maio de 1973

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

4.000 Pessoas no Plenário Final

O clima de ameaças e provocações criado pelo governo fascista e pelo seu preposto em Aveiro, o governador civil Francisco do Vale Guimarães, não impediu que o Congresso se realizasse de acordo com o programa, que foi integralmente cumprido.

O plenário final, reunido para ratificação das conclusões das oito sessões do congresso realizou-se no dia 8 de abril sob a presidência do prof. Francisco Pereira de Moura. Seguiu-se a sessão de encerramento, presidida pela professora Virginia de Moura, tendo na vice-presidência o prof. Luis Filipe Lindley Cintra.

Mais de 3.000 pessoas estiveram presentes no Cine Teatro Avenida. Os próprios observadores fascistas reconheceram que os atos do Congresso constituíram as maiores manifestações promovidas até agora em Portugal em recintos fechados por quaisquer forças políticas.

"A realização deste Congresso — disse Virginia de Moura — constitui por si só — o reconhecimento de uma das nossas constantes reivindicações: uma Oposição Democrática com direito de se reunir livremente". Para os trabalhos preparatórios — acrescentou — "efetuaram-se inúmeras reuniões e a todos os níveis. Contactaram-se grande número de setores políticos com opções próprias, pessoas simples e individualidades oposicionistas. Movimentou-se o país. Sintetizando: intensificou-se a vida política da Nação".

Analisando os objetivos do Congresso, o prof. Lindley Cintra destacou também a sua importância para um diagnóstico crítico da realidade portu-

Congressista



3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

guesa. "Surgiram no Congresso — declarou durante a sessão de encerramento — algumas contribuições de maior relevância para um diagnóstico. Não se pode, no entanto, dizer que todos os setores tenham sido tratados de uma forma igualmente complexa. É um campo em que o trabalho do Congresso precisa de ser completado, apesar de todas as dificuldades presentes em reunir as informações indispensáveis. Quanto à definição das linhas gerais da actuação democrática, se entendermos esta expressão no seu verdadeiro sentido creio que o objetivo foi alcançado. Do conjunto das teses, das discussões das recomendações feitas pelas várias comissões coordenadoras ressaltam claramente essas linhas gerais. Não se trata, nem me parece que se devesse tratar em caso algum, do estabelecimento de um programa, pois não

era evidentemente o momento nem havia as condições para o estabelecer. Trata-se, sim, da verificação em conjunto da existência de preocupações, de pontos de vista e de finalidades comuns".

A síntese das conclusões, resultante da discussão de centena e meia de teses fixou "os objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas". O documento, lido no plenário final, após a ratificação das conclusões das oito sessões, não foi, como era de esperar, divulgado pela chamada grande imprensa. A censura não o permitiu. A Resolução conclama as forças políticas democráticas a lutar contra o capital monopolista e pela conquista das liberdades democráticas. Outro objetivo imediato de ação é definido como "a conquista do reconhecimento da organização democrática e da sua plena liberdade de actuação". A questão colonial não pôde ser tratada com a profundidade necessária, mas a posição do Congresso contra as guerras coloniais não deixou lugar a dúvidas. Cabe salientar que o governo fascista estava desejoso de encontrar um pretexto em torno do debate da questão colonial que lhe permitisse montar uma provocação que levasse ao encerramento do Congresso pela força.

Na sessão plenária de encerramento foi aprovada também uma moção em que se "manifesta a intenção" de a Oposição Democrática participar no próximo ato "eleitoral" para renovação da Assembléa dita Nacional.



A posição do Congresso contra as guerras coloniais não deixou lugar a dúvidas.

Ultima Hora

1º DE MAIO QUENTE

Lisboa — Apesar de todas as ameaças do Governo e do impressionante dispositivo policial montado pelas autoridades fascistas, o dia 1º de Maio ficou assinalado por uma série de desafios ao regime.

Ante os apelos ao povo para que transformasse o 1º de Maio numa jornada de luta, os responsáveis pela "ordem" fascista tomaram medidas excepcionais. Dias antes, um arquitecto e seis estudantes foram presos quando distribuíram panfletos e colavam cartazes nas paredes. Por determinação do ministro do Interior, todas as manifestações foram proibidas e a polícia de choque ocupou na manhã do dia 1 os principais acessos ao Rossio, em Lisboa e à Praça da Liberdade, no Porto. As primeiras horas da tarde já era extremamente difícil chegar ao Rossio e à Avenida dos Aliados, locais de concentração previstos para as manifestações populares.

Mas o esquema de "segurança" foi superado. Ao começo da noite a Polícia alarmou-se quando verificou que no Rossio se haviam concentrado, de repente, mais de mil pessoas que foram reforçadas pela irrupção de 300 estudantes. No momento exacto, desafiando a polícia, a multidão começou gritando slogans anti-fascistas e anti-colonialistas. As tropas de choque da PSP carregaram, então, sobre os estudantes, agredindo-os com cassetetes. Simultaneamente eram lançados poderosos jatos de água contra os demais populares. A confusão e a luta de ruas prolongou-se por algum tempo, não sendo fácil à Po-

licia "limpar" o Rossio. No final da onda de violências da PSP verificou-se que 12 pessoas haviam sofrido ferimentos de maior ou menor gravidade. E houve dezenas de prisões.

No Porto, um grupo de jovens conseguiu também furar o dispositivo policial e realizar uma manifestação relampago na Praça da Liberdade. Simultaneamente, outro grupo apedrejava e destruiu as montras de um banco na Rotunda da Boa Vista.

As autoridades fascistas, como se esperava, denunciaram todos os manifestantes presos como "anarquistas, socialistas e comunistas".

BOMBAS NO MINISTERIO

Segundo a polícia, "bombas" com panfletos explodiram em dezenas de cidades e vilas do país, convidando o povo a manifestar-se. O único ato de violência praticado por elementos da oposição ocorreu em Lisboa. As 4 da madrugada foi registrada uma violenta explosão no quarto andar do edifício do Ministério das Corporações, que tem vinte pisos. Os estragos ascenderam a dezenas de milhares de contos, mas não houve vítimas.

Segundo chamadas telefónicas recebidas pelas agências noticiosas estrangeiras, os responsáveis pela explosão são membros das Brigadas Revolucionárias.

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20 e 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

PORTE PAGO - ECT - DR - SP
PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Libero Baduro, 488 - 5.º Sala 50
SAO PAULO - BRASIL
Endereços de Assinantes

Pequenas Noticias

* O general Kaulza de Arriaga, comandante-chefe em Moçambique confessou em recente entrevista que a FRELIMO controla grandes áreas do Norte daquela colónia.

* As "eleições" para a Junta Consultiva, em Moçambique (8 milhões de habitantes) tiveram os seguintes resultados: Corpos administrativos: eleitores 93, votantes 93; Organismos representativos dos interesses gerais e culturais: eleitores 38, votantes 37; Organismos corporativos representativos nas empresas e associações de interesse económico: eleitores 28, votantes 24. Organismos corporativos representativos dos trabalhadores (a esmagadora maioria da população): eleitores 17, votantes 17. Bela amostra da democracia caetanista!

* Em reunião do Conselho de Ministros presidido por Marcelo Caetano foi aprovada a emissão de mais um empréstimo interno até o montante de 3 bilhões de escudos.

* Morreu o fascista Trigo de Negreiros. Foi ministro do Interior de 1950 a 1958 e um dos mais íntimos colaboradores de Salazar. Sob suas ordens diretas foram torturados e assassinados centenas de patriotas portugueses. Era amigo íntimo de Agostinho Lourenço, o famigerado ex-diretor da PIDE.

* Esteve em Lisboa David Newson, secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos para Assuntos Africanos. Conferenciou com os ministros dos Negócios Estrangeiros e do "Ultramar".

* Mario Soares, dirigente da Acção Socialista, publicou uma carta aberta que dirigiu ao ministro Rui Patrício para rebater calúnias do elegante peralvilho. Qualificando Patrício de "vendedor de banha de cobra". Mario Soares declara, no final: "Combato ao lado de muitos outros

patriotas — por vezes com ideias e crenças bem diferentes das minhas — mas irmanados todos no mesmo ideal de libertar a Pátria comum da ruína geral para que vocês a lançassem e de oferecer ao mundo uma imagem diferente de Portugal. Exatamente como fizeram os liberais, nas horas sombrias do miguelismo, ou os republicanos ou os progressistas de todos os quadrantes — socialistas, católicos, comunistas — desde que a ditadura existe e enquanto exista. Ao menos para dar testemunho e para demonstrar que Vocês não são, ou têm muito pouco a ver com Portugal.

* O general Luz Cunha, comandante-chefe português em Angola, declarou a um jornal angolano que reconhece a existência de "subversão violenta" no interior da grande colónia.

* Esteve no Brasil, em missão de coordenador das relações económicas luso-brasileiras o tubarão Henrique Tenreiro. Conhecido em Portugal como o "almirante de água doce" — Tenreiro ocupou os mais altos cargos no regime fascista, notabilizando-se pelas suas negociações com a pesca do bacalhau. Continua, apesar da sua idade proecta sendo presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, caricatura salaia das milícias fascistas de Mussolini e Hitler.

* Moreira Baptista, secretário da Informação, continua fazendo comentários na Radio e na Televisão, destacando-se como um dos ultras mais fanáticos e primários do regime.

* A Revista "Objecte-Justice" (Volume 5, n.º 1) dedica grande parte do primeiro numero deste ano à memória de Amílcar Cabral, publicando excertos da sua admirável intervenção no 4.º Comité da Assembleia Geral da ONU, em outubro de 72. O mesmo numero publica artigos de Marcelino dos Santos, da FRELIMO; e de Ma-

nuel Jorge do MPLA. A revista insere belas fotos tiradas nas áreas libertadas de Moçambique.

* A "Tulipa Vermelha" de Amsterdam, prossequindo as suas atividades em prol da libertação e ajuda aos presos políticos portugueses, acaba de editar um postal "Amnistia". Esse postal destina-se a ser enviado às autoridades portuguesas. Os pedidos devem ser feitos à Tulipa Vermelha, Postbus 12039, Amsterdam. Cada 10 exemplares custam dois florins holandeses.

* No dia 5 de abril a polícia invadiu a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e prendeu 200 estudantes reunidos em assembleia.

Segundo notícias divulgadas pelo Boletim do Comité de Descolonização da ONU (28 de Fev. de 73) O MPLA afirma controlar já uma área de 500.000 Km2 de território angolano (igual à superfície da Espanha) habitada por um milhão de pessoas.



Um aspecto de mesa na sessão inaugural do Congresso.